Contra-arquivos epidérmicos e subcutâneos: a somateca na história do pensamento

Apresentação do dossiê

Sofia Cevallos Vivar

Doutora em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, França
sofiacevallosv@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-9832-0998
http://lattes.cnpq.br/9549850686403704

Fabián Cevallos Vivar

Pesquisador na Faculdade de Belas-Artes pela Universidade de Lisboa, Portugal
Doutor em Pós-Colonialismo e Cidadania Global pela Universidade de Coimbra, Portugal
fabiancvivar@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7743-2846
http://lattes.cnpq.br/1970205985828596

Neste dossiê procuramos colocar em diálogo os argumentos da teoria pós-colonial, os feminismos contra-hegemônicos e os estudos crip para refletir sobre o isolamento dos corpos e narrativas subalternas na história do pensamento. Estas teorias têm confluído na importância de estudar a produção de conhecimentos no marco de sistemas de pensamento raciais, heteropatriarcais ou capacitistas. Nesse sentido, consideramos que é importante pensar um arquivo epistemológico diferente para construir outras ferramentas para a reflexão social: a somateca, arquivo de pensamentos que problematizam a matriz moderno/eurocêntrica que separa a razão do corpo. Trata-se de um exercício de justiça cognitiva, cujo ponto de partida é o reconhecimento do direito à igualdade e diferença das corporalidades e seus saberes diversos.

DOI: 10.12957/intellectus.2025.92680

Nesta tarefa recebemos artigos que problematizam a realidade de corpos subalternizados na história do pensamento. Consideramos, especialmente, propostas de artigos que colocaram em interrelação as teorias pós-coloniais, feminismos contra-hegemônicos e os estudos crip, demostrando como estas abordagens teórico/metodológicas têm sido desenvolvidas na produção artística, cultural e pelas comunidades agrupadas socialmente no espaço territorial considerado como Latino-América ou no sul global. Da mesma forma, também selecionamos propostas que procuraram estabelecer um diálogo sul-sul no marco desta abordagem epistemológica.

A teoria anti-colonial tem sido muito importante no estudo dos corpos (FANON, 2009), em primeiro lugar, denunciando o uso do corpo das alteridades e espacialidades não ocidentais (MAHMOOD, 2006) e na construção da identidade universal eurocentrada (LUGONES, 2014). Em segundo lugar, devolvendo a esses corpos a capacidade de argumentação para restituir e curar as feridas coloniais. Como consequência das depredações do colonialismo continua sendo necessária uma resistência intelectual que questione as formas de domínio epistemológico (OYEWÙMÍ, 1997). Longe de ser uma simples oposição intelectual a um pensamento ocidentalocêntrico, a teoria anti-colonial oferece a possibilidade de uma nova geo e corpo-política dos saberes.

Chamamos de feminismos contra-hegemônicos a uma série de propostas teóricas diversas que, situadas nas suas realidades corpo-territoriais, contribuem articulando criticas anti-coloniais, anti heteropatriarcais e anticapitalistas. Exemplos de isso são: os feminismos do terceiro mundo (MOHANTY, 2011), feminismos comunitários ou indígenas (CABNAL, 2015; RIVERA CUSICANQUI, 2010), feminismos favelados (JORGE, 2023), feminismos negros (ESPINOSA, 2017; CURIEL, 2013), feminismos chicanos ou da fronteira (ANZALDÚA, 1987). Estas teorias reconhecem a complexidade das diferenças e a homogeneização e universalização das categorias de sexo/gênero.

Os estudos crip, por sua vez, partem do desconforto ou da dor para reinventar os corpos (JOHNSON, 2015). Pensar que um corpo não é nem absolutamente biológico, nem absolutamente cultural é crucial para a cripepistemologia (DAMÁSIO, 2018). Testar permanentemente os limites epistemológicos, com saberes considerados pelo cânone corporal

como ineficientes, lentos ou improdutivos, é muito importante no processo de identificação com modos de não conhecer e de errar para conhecer. Esse procedimento possibilita que corpos estranhos e doentes reinventem os modos singulares de viver (COHEN, 2023; GREINER, 2023).

Com a ideia de somateca queremos aprofundar no estudo de arquivos políticos vivos, mediados pelas instituições disciplinares hétero-coloniais e mono-sexuais do cânone científico moderno/ocidental (PRECIADO, 2020; VIVAR, 2022). A cadeia de significados e significantes torna-se, assim, um "estado somático". Trata-se de um momento de perturbação ou movimento visceral estrangeiro que modifica ou desestabiliza os corpos ou organismos (DAMÁSIO, 2018). A somateca anticolonial escuta a inquietude destes corpos que falam desde um lugar de igualdade e diferença para se sobrepor perante as feridas coloniais, os mecanismos de opressão capacitistas ou racistas. Estes ambientes sociais hostis são os espaços territoriais onde esses corpos emergem na procura de propor novos arquivos para potenciar novos movimentos de pensamento.

Neste dossiê convidamos à pesquisadora-artista Rosana Paulino que tem desenvolvido um trabalho estético-político que desafia o cânone do colonialismo e do hetero-patriarcado e procura novos arquivos corporais para reconstruir as memórias em territórios considerados periféricos. Ela tem participado com exposições no Padrão dos descobrimentos, Lisboa, 2017; "A Costura da Memória", Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2018; 59ª Exposição Internacional de Arte de Bienal de Veneza, 2022; Tempo das coisas, Mendes Wood DM, Bruxelas, 2022; Espaços do Ainda, CCSP- Centro Cultural São Paulo, 2023. Também contamos com uma entrevista que procura colocar em diálogo a dois artistas, Keywa Henri e Maxwell Alexandre, artistas que trazem a realidade e imaginários de corpos subalternizados nas artes plásticas contemporâneas ampliando o mapa de produção artística com temas que denunciam temas de racismo, produtividade, temporalidades, colonialismo e corpo-territorialidade.

O primeiro artigo de nosso dossiê, *Corpos [re]produtivos - entre a disciplina e a dissidência* de Manuela de Souza de Almeida Leite, propõe uma reflexão fundamental sobre a crise do cuidado, articulando conceitos como contrassexualidade, corpos ciborgues e farmacopornografia para imaginar um futuro alternativo. A autora argumenta que a redefinição do cuidado como "bem comum" é essencial para superar a crise sistêmica atual e promover uma visão colaborativa e sustentável da vida em sociedade.

O artigo *Trabajo de cuidados, indiscreciones corporales y vulnerabilidad. Aportes desde una perspectiva antiespecista en el marco de una crisis ambiental sistémica* de Silvia Lilian Ferro analisa a invisibilização do trabalho de cuidados e discute a necessidade de ressignificar o cuidado e de repensar a política desde uma perspetiva ambiental, que considere a atual crise sistémica e envelhecimento da população.

Em *Uma anti-metáfora da doença em "Tio Boonmee, que Pode Recordar Suas Vidas Passadas"*, Lucas Camargo de Barros se inspira no filme do cineasta tailandês Apichatpong Weerasethakul (2010), para analisar como esse subverte narrativas capacitistas ao usar a doença como um elemento de memória, resistência e transformação. A partir de uma abordagem das patologias fílmicas e dos crip studies, o autor destaca o corpo doente como elemento ativo na representação de uma potência de vida. O autor questiona a maneira como a doença e as vidas passadas se tornam um contra-arquivo dentro da estética cinematográfica, criando um corpo-fílmico dissidente.

No artigo *O normal é tecnológico: a cisgeneridade como somatécnica* de Fábio Feltrín e Emilia Braz, os autores questionam a cisgeneridade como um fato natural, utilizando a arqueogenealogia e o conceito de somatécnica para interrogar a binariedade de gênero e a naturalidade do corpo. O conceito de somatécnica mostra como o corpo é modificado por uma rede técnica que desafia a distinção entre o natural e o cultural.

No trabalho de Aline Velozo, *Da gênese simbólica do patriarcado às desigualdades de gênero contemporâneas*, a autora explora a construção simbólica do patriarcado e suas influências na normativa de gênero e nos processos de subjetivação. Ancorada em epistemologias feministas e metodologias autoetnográficas, a autora mobiliza os trabalhos de Michel Foucault, de Simone de Beauvoir e Judith Butler para questionar as narrativas que naturalizam a subordinação feminina. O texto busca evidenciar as possibilidades de resistência e reinvenção de sentidos nas brechas das estruturas patriarcais.

O artigo *Maternidades ameaçadas e corpos dissidentes: deslegitimação do ser mãe e o papel do Estado* de Marcel Pereira Pordeus, analisa as formas de violência e deslegitimação enfrentadas por mulheres em situação de maternidade no Brasil e na América Latina. Explora a construção histórica do conceito de maternidade e seu impacto na definição do papel feminino. O autor realiza um apanhado histórico para entender as determinações do papel feminino na maternidade. Evidencia como o Estado tem sido agente de violências, especialmente contra

mulheres negras, indígenas e pobres. A conclusão destaca o abandono da proteção social a esses grupos interseccionais.

Em *Corpos negros na educação brasileira: racializando a Educação do Sensível,* Marília Renata Félix Rodrigues aborda a maneira como a Educação do Sensível pode ser integrada à educação das relações raciais, com base no pensamento afrodiaspórico brasileiro. A partir das contribuições de Sueli Carneiro e Nilma Gomes, interroga-se sobre a perpetuação de uma educação moderna-colonial, valorizando as experiências negras. A pesquisa propõe a Educação do Sensível como uma alternativa para (re)construir subjetividades afrodiaspóricas.

O artigo *O diagnóstico social de Paulo Freire para a construção de sua visão de educação*, Matheus Chatack Dias baseia-se no pensamento de Paulo Freire e na sua proposta de uma educação transformadora e politicamente engajada. A autora analisa o conceito de oprimido, a crítica à colonialidade e a visão de Freire sobre o Brasil e suas opressões históricas, apontando ao mesmo tempo, a importância de uma pedagogia que enfrente as marcas da colonização.

No texto *O encobrimento e a história do Brasil e seus heróis: o despertar da infância nos discursos decoloniais* de Débora Ferreira Bossa, Carlos Henrique de Oliveira Nunes e Ismael Leonardi Salaberry, aponta-se as construções discursivas sobre o encobrimento da história do Brasil, a partir de uma perspectiva decolonial, usando a obra *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus herois* (1890) de Sílvio Romero. O artigo mostra como essa obra, usada em escolas públicas no início do século XX, ajudou a difundir teorias raciais e fortalecer discursos hegemônicos. Os autores discutem também como a ideia de heroísmo contribuiu para a formação de um pensamento racista no Brasil.

Em *Neusa Santos Souza (1948-2008), uma intelectual negra brasileira,* Ana Claudia Pereira Andruchiw e Oriomar Skalinski Junior discutem as representações da intelectualidade negra brasileira a partir das contribuições de Neusa Santos Souza, especialmente em sua obra *Tornar-se negro* (1983), que aborda os efeitos psíquicos do racismo na identidade negra. A análise enfatiza a autonomia do discurso negro sobre si como estratégia de resistência e emancipação. A obra se conecta com as de outros pensadores negros e decoloniais, propondo uma transformação dos conhecimentos de dentro das dinâmicas coloniais em ferramentas de libertação.

No artigo de Juliana Henrique, *Esvaziando corpos, deslegitimando práticas: o processo de desqualificação dos saberes ciganos na época moderna,* analisa-se a reprodução de imagens modernas que associam cultura cigana a práticas místicas e adivinhatórias. O artigo examina como essas técnicas foram historicamente atribuídas às mulheres ciganas como forma de interação e sustento. Utiliza fontes históricas, obras artísticas e estudos historiográficos e antropológicos para questionar o discurso que desqualifica os saberes populares. Ele também busca contribuir com o debate atual sobre discriminação e valorização desses saberes.

Em Jaider Esbell e sua importante colaboração para o pensamento artístico e curatorial no Brasil, Jean Carlos de Souza dos Santos analisa a influência de Jaider Esbell na 34ª Bienal de São Paulo, destacando sua contribuição para a inserção da arte indígena nos circuitos institucionais e na reconfiguração das narrativas curatoriais. A pesquisa explora a curadoria contra-colonial como resistência e transformação, com base nas ideias de Glissant, Canclini, Krenak e Terena. Esbell, por meio de sua produção, fortalece a arte indígena, ampliando o debate sobre a legitimação das epistemologias indígenas na arte contemporânea.

Em *Poscestralidade: Temporalidades Dissolvidas entre Ancestralidade, Ficção Científica e Cibernética*, o autor Cláudio Henrique Eurípedes de Oliveira propõe o conceito de poscestralidade para repensar as relações entre passado, presente e futuro, integrando ancestralidade, ficção científica e cibernética. Após a linearidade temporal, essa abordagem reconfigura passado, presente e futuro, por meio de práticas como o afrofuturismo e o ciberfeminismo. Em diálogo com Stuart Hall, o autor explora a fluidez das identidades culturais na globalização. O pensamento de Octavia Butler e Donna Haraway são mobilizados para discutir a conexão entre biologia, tecnologia e cultura, evidenciando corpos híbridos que desafiam fronteiras entre o natural e o artificial.

1. A somateca para imaginar a história do pensamento

"Como falar da nossa "performance" de gênero, raça e idade sem o reconhecimento da compulsão gerada pelas formas de exploração e castigo inscritas nos corpos"?" (FEDERICI, 2022: 16). Como ler o grito, o gesto ou a cegueira nos arquivos hegemônicos se eles se negam a reconhecer o caráter corpóreo dos conhecimentos nos dias de hoje?

Provavelmente as ordens de gênero, raça e capacitismo sejam as marcas mais reticentes ao arquivo. Ao serem parte do universo da subjetividade respondem à gramática social e não só à superfície da linguagem. Como afirma Csordas: "A linguagem pode mascarar a experiência, moldar a experiência ou expressar a experiência, mas não pode excluir ou tomar o lugar da experiência. Isso fica mais evidente nas músicas e em suas letras. Linguagem e significado não se opõem ao *embodiment* e à fenomenologia" (CSORDAS, 2018: 964).

No arquivo contra hegemônico é necessário considerar o somático (PRECIADO, 2020) em relação intrínseca com as suas materialidades históricas e externas. Aquilo que está reprimido ou censurado na memória oculta não é uma resposta só de traumas pessoais ou individuais, frequentemente, elas respondem a estruturas de violência/despojo ligadas às normas hegemônicas de domínio do conhecimento.

As práticas de arquivação de conhecimentos desde sempre foram mecanismos de organizar e categorizar corpos e culturas. Transformados em dados e objetos podem ser estudados e controlados desde uma perspectiva acrítica. O arquivo colonial tem uma espécie de monumentalidade que impede reinventar o seu conteúdo. Pelo contrário, as memórias subalternas não constituem unicamente arquivos do esquecimento, são formas de resistência e ressignificação de subjetividades à luz de expressões de corpos falantes que o arquivo canônico se nega a ver (BHABHA, 1994). A proposta aqui é a vinculação individual/coletiva por meio de processos de reconexão com saberes e formas de expressão que fogem da lógica eurocêntrica de arquivamento. Se coloca no centro da discussão o desejo de individualidades e coletividades em condições de opressões múltiplas, este é o impulso criativo que opera dentro de normas sociais e políticas situadas.

Neste sentido, não é simplesmente a capacidade de exercer a liberdade apelando a um humanismo de classe média e heteronormativo. Existe uma complexa tarefa de desafiar as normas, isto é, de transgressão do cânone imposto. O que é a libertação para corpos coloniais, como entender as lutas pela sobrevivência, reconhecimento, restituição de direitos sociais? O que é autossuficiência e criação do novo para sujeitos colonizados?

Uma proposta alternativa ao eurocentrismo não é suficiente para considerar uma forma de arquivar que problematize as experiências, desejos, memórias e traumas. Escrever com o próprio corpo ou transformar a subjetividade em um elemento grafemático é uma caraterística

das identidades subalternizadas nos processos de libertação (VIVAR, 2024). Aqui podemos destacar duas dimensões:

a) Etnográfica/arqueológica: permite criar e revisitar um documento/monumento. Como criar uma outra mirada sobre aquilo que nos é familiar, mas que está oculto como por exemplo: arquivos, repositórios, documentos, fontes, a textualidade, a oralidade?
b) Epistemológica: o que pode ser arquivo? Que evidência é possível entregar para encontrar critérios de validez se partimos da ideia de que todo documento oculta algo? Como podem o corpo, performance, o rumor, os sonhos ser parte da história? Como deslocar as grandes figuras e heróis da história, as violências e excessos de poder, os apagamentos dos detalhes chave que são silenciados pela imposição de uma história oficial?

A ausência de debates sobre a arte e as corporalidades como parte da historiografia cria uma separação entre "memórias" e "arquivo histórico". Em contextos pós-coloniais , suprimir esta divisão é importante, pois contribui para quebrar o abismo entre os binarismos: verdade/ficção, religioso/secular, mito/religião, histórico/ahistórico.

Neste sentido, desafiar o uso da história com um arquivo em movimento procura quebrar o vestígio universalizante e o assalto à sua forma de expressão na história do pensamento, muitas destas formas de inscrição não passam pela escrita, mas por expressões e manifestações orais e de luta situada em várias realidades, onde a paisagem, isto é, a corpo-espacialidade são constituintes do ser (GLISSANT, 2010).

Quando pensamos em arquivos somáticos ou corporais imediatamente emergem vários temas que contrastam com os arquivos hegemônicos: O arquivo como espaço de poder, a hierarquização, a transparência na seleção das fontes. É por este motivo que é necessária uma reflexão epistemológica que parta da experiência dos artistas sobre a fonte, o objeto e a sua forma de operação na cotidianidade. Se aceitarmos que todo arquivo lida com a morte (DE CERTEAU, 2006) ou que ele é aquilo que está em tensão permanente com o que não quer morrer, devemos também aceitar que o arquivo somático vai evidenciar a existência de uma necropolítica (MBEMBE, 2002) em nossa sociedade. Isto é, a forma de como o poder está organizado para decidir quem pode existir e quem é descartável, ou seja, quem tem controle da morte desses corpos e dos arquivos dos que são parte. As formas mais frequentes de

necropolítica nos arquivos são: exclusão de formas de ser, epistemicídio, abandono ou apagamento das narrativas, desqualificação das alteridades, invisibilização dos corpos.

Fugir da ideia de que o arquivo precisa de documentos para partir à procura por corpos em movimento, desde nossa perspectiva, é valorizar as marcas que os colonialismos, capacitismos e os heteropatriarcados deixam na pele e nas vivências de pessoas. Assim: É possível pensar essas marcas mais como presenças do que carências com o objetivo de reconstruir as subjetividades valorizando o que é apagado nos arquivos documento tradicionais? Podem essas experiências corporais ser assumidas como outras formas de "documentar" para serem arquivos vivos e dinâmicos?

Segundo Portelli (2013), quem questiona as formas de arquivo hegemônicas, as fontes que são consideradas como "privadas" e corporais não tem um significado histórico na medida em que o que não é dito não pode ser encontrado em relatos históricos oficiais. Assim, seria uma tarefa inútil ir a procura de "outras histórias" em fontes históricas habituais como arquivos, cinematecas, bibliotecas coloniais, entre outras. No entanto, são precisamente estes relatos "privados" ou "memórias", contados em primeira pessoa, que em lugar de só descrever fatos, atribuem sentidos a eles.

Si bem esses relatos começam de forma individual os seus significados são negociados no coletivo, é nesse momento de negociação entre a superação da dicotomia individual/coletivo em que a memória entra no dispositivo da ficção enriquecendo os processos históricos. De fato, o critério de verdade tem múltiplas formas, fantasmas, sussurros, contos, estórias. Tudo aquilo que pertence ao pluriverso das fontes escondidas pode ser necessário em momentos de criar uma historiografia anti-colonial.

2. Contra-arquivos epidérmicos e subcutâneos

Esta forma de catalogar, mostrar, documentar, procura demonstrar que é possível uma outra forma arquitetónica de arquivabilidade (MBEMBE, 2002), sem necessidade de que esta tarefa seja parte de um trabalho geral que corresponde ao Estado-Nação nem a sua institucionalidade. Não todos os arquivos são estatais, mas na sua grande parte eles impõem lógicas, narrativas e imaginários de estatalidade, que são por natureza, uma fonte de demonstrar ordem e controle, uma forma de promover mecanismos de identificação e interpretação à luz do

julgamento de determinadas vozes da história, vozes de autoridade que contribuem ao ritual de criar um secreto arquivístico.

Como se sabe, os arquivos estão compostos por elementos que já receberam um julgamento anterior, eles são preservados e conservados em um espaço público para serem consultados, sempre respeitando as regras e os procedimentos de consulta institucionais. Segundo Achille Mbembe: "O arquivo, portanto, é fundamentalmente uma questão de discriminação e de seleção, que, no final, resulta na concessão de um *status* privilegiado a certos documentos escritos, e na recusa desse mesmo status a outros, assim julgados "não arquiváveis". O arquivo não é, portanto, um pedaço de dado, mas um *status*" (MBEMBE, 2002 :20). Neste sentido, o arquivo é conformado por corpos vivos, epidérmicos e subcutâneos. Para o seu acesso não é necessário um processo de regresso ao passado, como as práticas de desarquivamento pedem. Quebra-se assim uma temporalidade linear, passado/contemporaneidade característicos das práticas de arqueologia. Ele não é constituinte de alguma instituição, mas é uma forma de parlamento, não institui um imaginário, se apresenta como uma experiência subjetiva de arquivos em movimento.

Encontramos três conceitos-chave que podem ser estudados de uma forma interrelacional para entender a obediência do arquivo ao Estado, a saber, fagocitação, ventriloquia e cronofagia:

a) Fagocitação, acontece quando os nossos arquivos procuram um modelo hegemónico de arquivar mas terminam sendo uma cópia, nunca acabada, da forma de arquivar nas práticas europeu-ocidentais (Kush,s/a)

b) A ventriloquia (GUERRERO, 2000), que ocorre, por sua vez, quando é o Estado-nação quem ao apagar as subjetividades das populações oprimidas, fala em nome de uma unidade monocultural nos arquivos. Assim: "As "formas ventríloquas de representação" utilizadas desde meados do século XX constituem uma tentativa de sectores mestiços de falar pelas vozes oprimidas, distorcendo as suas perspetivas e opiniões e permitindo o exercício de controlo sobre a organização e as suas reivindicações" (CEVALLOS, 2022: 18).

c) A cronofagia, ocorre no interior da lógica de Estado-Nação, pois ele não pode existir sem o passado e os seus arquivos, a sua institucionalidade procura permanentemente abolir os arquivos e adormecer o passado criando um ato de cronofagia (MBEMBE, 2002).

Um arquivo epidérmico e subcutâneo é a prova de que as manifestações sociais estão vivas na sua arquitetura anti-estatal. De facto, contribuiu para demonstrar que as histórias que ele recolhe possuem materialidades ao redor do mundo. Assume uma dimensão política na sua narrativa e, sem fugir da sua matriz fragmentária, se apresenta pelo menos utópicamente, como um arquivo que pertence à humanidade privilegiando narrativas subalternizadas.

A memória, para ser considerada como tal, deve habitar em um tempo cronológico, ser reconhecida no seu desenvolvimento. Se ela não se revela, isto é, não produz auto evidências, não poderá ser arquivística nem cabe na arquitetura histórica, e será considerada não-eventual e, portanto, irreal. Para teóricas como Marisol de la Cadena, estas narrativas consideradas irreais são possíveis, poderíamos dizer que são ficções legítimas e que pertencem a um regime ontológico e a um sistema cultural de crenças. Descolonizar o arquivo, nesse sentido, obriga a ficcionalizar a história e a considerar estas chamadas "crenças" como possibilidade de evidências (DE LA CADENA, 2007). Como consequência, devemos reconhecer que existem arquivos além do tempo e do espaço do moderno Estado-nação e as suas instituições.

Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria (1987). *Borderlands. La frontera. The new Mestiza.* San Francisco: Spinsters Aunt lute.

BHABHA, Homi (1994). *The location of culture.* London and New York: Routledge.

CABNAL, Lorena (2015). "Sin ser consultadas: la mercantilización de nuestro territorio cuerpo-tierra". En CARVAJAL, Laura; CABNAL, Lorena; et.al. (2015). *Mujeres defendiendo el territorio. Experiencias de participación en América Latina.* Bogota: Fondo de Acción Urgente de América Latina. pp. 41-56.

CEVALLOS, Sofía. (2022). "Consultas previas y resolución de conflictos territoriales en el marco del pluralismo jurídico: el caso de los Kichwa del Parque Yasuní (Amazonía ecuatoriana)". *Cadernos De Campo*. São Paulo: USP. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe186549. Consultado em 6 de fevereiro de 2025.

COHEN, Ed (2013). *On Learning to Heal or what Medicine Doesn't Know*. Durham: Duke University Press.

CSORDAS, Tomas. (2018). "Religião, corpo e saude". *Interface 22.* Vol. 66. Jul-set. São Paulo. UNESP.

CURIEL, Ochy (2013). *La Nación Heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropologia de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica y en la Frontera.
DAMASIO, Antonio (2018). *A estranha ordem das coisas, as origens biológicas dos sentimentos e da cultura.* São Paulo: Companhia das Letras.
DE CERTEAU, Michel. (2006). *La escritura de la historia.* México, DF: Universidad Iberoamericana.
DE LA CADENA, Marisol. (2007). "Marianos's archive. The eventfulness of the ahistorical". Duke: Duke University Press. pp. 117-152.
ESPINOSA, Yuderkys (2017). "Hacia la construcción de la historia de un (des) encuentro: La razón feminista y la agencia antiracista y decolonial en Abya Yala". *Praxis. Revista de Filosofía*. N. 75. Julio-Dicibembre. Em http://dx.doi.org/10.15359/praxis.76.2. pp. 1- 14.
FANON, Frantz (2009). *Piel negra, máscaras blancas*. Madrid: Akal.
FEDERICI, Silvia. (2022). *Mas allá de la periferia de la piel. Repensar, reconstruir y recuperar el cuerpo en el capitalismo contemporâneo.* Ed. Corte y Confección.
GLISSANT, Éduard. (2010). *Poetics of relation.* Michigan: University of Michigan Press.
GÓMEZ, Pedro Pablo. (2015). *Estéticas fronterizas: diferencia colonial y opción estética decolonial.* Bogotá: Universidad Distrital FJDC /Universidad Andina Simón Bolívar.
GREINER, Christine (2023). *Corpos Crip. Instaurar estranhezas para existir*. São Paulo: N-1 edições.
GUERRERO, Andrés. (2000). "El Proceso de identificación, sentido común ciudadano, ventriloquia y transescritura". Em: GUERRERO, Andrés. (comp.). *Etnicidades*. Quito: FLACSO- ILDIS. pp. 9-61.
JOHNSON, Merri Lisa (2015). "Bad romance: A crip Feminist Critique of Queer Failure". *Hypatia. A journal of feminist philosophy*. Vol. 30. Issue 1: New Conversations in Feminist Disability Studies. pp. 251-267.
JORGE, Andreza (2023). *Feminismos Favelados. Uma experiência no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
KUSCH, Rodolfo (s/a). *América Profunda.* S/l: Biblos editorial.
LUGONES, Maria (2014). "Rumo a um feminismo descolonial". *Revista Estudos Feministas.* 22 (3): 320. Setembro-dezembro: Florianópolis. pp. 935- 952.
MAHMOOD, Saba (2006). "Teoría Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egipto". En *Etnográfica*, Vol. X (1). pp. 121- 158.
MBEMBE, Achille. (2002). "The Power of the Archive and its Limits", In HAMILTON, C. et al. (eds*). Refiguring the Archive*. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers.
MOHANTY, Chandra (2008). "Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial". En SUÁREZ, Liliana; HERNÁNDEZ Aída (ed.). (2008). *Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes.* Madrid: Cátedra. pp. 112-161.
OYEWÙMÍ, O. (1997). *The invention of women: making an African sense of western gender discourses.* Minneapolis: University of Minnesota Press.
PORTELLI, A. (2013). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: Edições UNIPOP.
PRECIADO, Paul. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle. Rapport pour une academie de psychanalystes.* Paris: Bernard Grasset.
RIVERA CUSICANQUI, Silvia (2010). Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón.
VIVAR, Fabián. (2024). *Corpos-territórios para imaginação de outros saberes.* São Paulo: Effe imagens e textos.
VIVAR, Fabián (2022). "Corpo-política epistémica: a monstruosidade falante". *Intellèctus,* 21. (1). 282–290. Rio de Janeiro: UERJ. https://doi.org/10. Acesso em: 01 jun.2025.